

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.889 - MS (2019/0295421-9)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : LEANDRO JOSE GUERRA**  
**ADVOGADO : LEANDRO JOSÉ GUERRA - SP234690**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PACIENTE : SHIRLEY DE FREITAS VERCANTI (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Shirley de Freitas Vercanti**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que denegou o *Habeas Corpus* n. 1409117-59.2019.8.12.0000 (fl. 51):

*HABEAS CORPUS* - ARTIGO 33. CAPUT, DA LEI FEDERAL N. 11.343/06 - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE APREENSÃO DE CRACK - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E A APLICAÇÃO DA LEI PENAL ASSEGURADAS - INSUFICIENTES - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR DOMICILIAR - FILHO MENOR DE 12 (DOZE) ANOS - EFEITOS NÃO SÃO AUTOMÁTICOS PACIENTE QUE NÃO COMPROVOU SUA IMPRESCINDIBILIDADE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVANTES - ORDEM DENEGADA.

I - Vislumbra-se os requisitos dos artigos 312 e 313, do Código de Processo Penal, os quais se perpetuam. Infere-se do bojo das investigações indícios de autoria bastantes robustos, suficientes, ao menos neste interregno, para amparar a segregação.

II - Há prova da materialidade e indícios suficientes da autoria de que haviam informações de que a Paciente e seu marido vendiam drogas ilícitas. As drogas seriam deixadas em depósito na casa vizinha. Haveria intenso movimento no local. Apreendeu-se duas porções de crack, embalagens plásticas, além de R \$ 9 0.00, em notas de menor valor. Na casa do terceiro Acusado haviam porções de crack, individualizadas em embalagens plásticas.

III- Em relação à alegação de que a Paciente ostenta condições pessoais favoráveis, sabe-se que não bastam, por si sós, a garantir a liberdade provisória, mormente quando presentes os pressupostos da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

IV- No que pertine à alegação de que a prisão preventiva deve ser convertida para a domiciliar, o art. 318. do CPP, estabelece que o magistrado poderá conceder o benefício quando o agente for "mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos e/ou estiver grávida". Para a aplicação da referida norma legal, o juiz da causa sopesar se o deferimento da cautelar diversa do cárcere atenderá as circunstâncias do caso concreto, mormente o embate entre o princípio da proteção integral à criança e a presença dos pressupostos da prisão

# Superior Tribunal de Justiça

preventiva. Dessa forma, o fato da Paciente ter uma filha pequena, isoladamente, não impede a prisão cautelar, mormente quando demonstrados os requisitos da prisão preventiva. Precedentes do STJ.

V - Com o parecer, ordem de negada.

Verifica-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Alega-se na impetração, em síntese, que a paciente faria *jus* à prisão domiciliar, nos termos do art. 318, V, do CPP, por ser mãe de criança com apenas 3 anos e 10 meses de idade. Sustenta-se que a paciente é primária, bem como que a decisão que decretou a prisão preventiva possui fundamentação genérica.

É o relatório.

Nesse exame preliminar, entendo que ficaram devidamente demonstrados os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como foram apontados elementos concretos dos autos para justificar a prisão, considerando a *reiterada comercialização na própria residência, concurso de pessoa multirreincidente e emprego de modus operandi mediante a guarda em local diverso e busca apenas das quantidades a serem entregues aos usuários, com o escopo de evitar a atuação das forças públicas evidenciam o risco real e efetivo de reiteração delitiva e a concreta gravidade da conduta* (fl. 34).

No que concerne ao pleito de prisão domiciliar, o Tribunal de origem consignou o seguinte (fl. 63):

Por fim, no tocante à concessão de prisão domiciliar, impende ressaltar que não comporta incidência no caso dos autos.

É certo que a redação do art. 318, do Código de Processo Penal, diz:

"Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

(...)

IV - gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo."

Todavia, embora a Paciente tenha filha menor, não comprovou sua imprescindibilidade, tanto que sob os cuidados da avó.

Nisto, não há o que se falar em transferência automática para regime domiciliar.

É certo que o Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC n. 143.641/SP,

# *Superior Tribunal de Justiça*

concedeu *habeas corpus* coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda [...], enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício (Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 9/10/2018).

Foram excetuados, na referida impetração, os casos de crimes praticados: a) mediante violência ou grave ameaça; b) contra seus descendentes ou, ainda, c) em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício.

Importante registrar, ainda, a decisão monocrática da lavra do Ministro Ricardo Lewandowski, proferida em 24/10/2018 no HC n. 143.641/SP, em que se afirmou que o simples fato de a mulher preventivamente privada de liberdade responder pela suposta prática do crime de tráfico de drogas não é elemento suficiente para impedir a concessão de prisão domiciliar.

Ocorre que, a partir da publicação, em 20/12/2018, da Lei n. 13.769/2018, foram incluídos, no Código de Processo Penal, os seguintes dispositivos:

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

- I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;
- II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código.

A mencionada alteração legislativa buscou inserir no diploma processual penal norma consentânea com o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, ao prever, como regra, a prisão domiciliar à mulher que esteja gestante ou seja responsável por criança ou pessoa com necessidades especiais.

Na espécie, entendo ser adequada a substituição da custódia preventiva pela

# *Superior Tribunal de Justiça*

prisão domiciliar, porquanto o requisito objetivo exigido parece preenchido, já que a paciente é mãe de criança menor de 12 anos. Além disso, em princípio, a situação dos autos não se afigura excepcionalíssima.

Nessas circunstâncias, diante das peculiaridades do caso concreto e tendo como prioridade absoluta a proteção integral à criança, deve a custódia cautelar ser substituída pela prisão cautelar em regime domiciliar.

Em face do exposto, **defiro** o pedido liminar para substituir a prisão cautelar imposta à paciente por prisão domiciliar, a ser implementada pelo Magistrado singular, que deverá fixar as condições e alertar a acusada de que, em caso de eventual descumprimento, a segregação provisória será imediatamente restabelecida.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator